

• **Evidência empírica da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas em adolescentes argentinos**

Empirical evidence of the Scale of Antisocial and Criminal Behaviors in Argentine teenagers

Evidencia empírica de la Escala de Conductas Antisociales y Delictivas en adolescentes argentinos

Nilton Soares Formiga¹

Marcos Aguiar de Souza²

Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro (Ufrj), Rj, Brasil

Ionara Dantas Estevam³

Universidade Potiguar – Unp – Brasil

Alicia Omar⁴

Universidade de Rosário – Rosário, Argentina

Resumo: O problema do comportamento desviante em jovens tem sugerido escalas de medidas e intervenções psicossociais urgentes. A Escala de Condutas Antissociais e Delitivas vem sendo usada em vários países como uma medida comportamental do desvio juvenil; esta escala tem apresentado indicadores psicométricos confiáveis em distintos países. O presente artigo tem como objetivo avaliar a organização fatorial e consistência interna da sua versão na Argentina. Participaram do estudo 190 sujeitos, de 13 a 17 anos, com um maior percentual de homens respondentes e distribuído no nível de ensino fundamental e médio do país (Argentina). Os resultados corroboraram a adequação psicométrica do instrumento, confirmando a estrutura bifatorial proposta em estudos prévios. Assim, discute-se a importância aplicada e generalista na administração do instrumento por distintas áreas da ciência humana e social na Argentina.

Palavras-chave: Escala, condutas antissociais e delitivas, adolescentes, estrutura fatorial.

Abstract: *The problem of deviant behavior in youngsters has suggested urgent measurement scales and psychosocial interventions. The Antisocial and Criminal Behaviors Scale has been used in several countries as a behavioral measure of juvenile deviation; this scale has presented reliable psychometric indicators in different countries. The present article aims to evaluate the factorial organization and internal consistency of this version in Argentina. 190 persons participated in the study, from 13 to 17 years old, with a higher percentage of male volunteers and distributed in the primary and secondary education levels of the country (Argentina). The results corroborated the psychometric adequacy of the instrument, confirming the bifactorial structure proposed in previous studies. Therefore, the applied and general importance*

¹ Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Endereço para correspondência: Rua Lionildo Francisco de Oliveira, 380. Bairro dos Estados. CEP.: 58030-216. João Pessoa - PB. Brasil. E-mail: nsformiga@yahoo.com

² Doutor em Psicologia. Professor Associado do Departamento de Psicologia e do Mestrado em psicologia, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: maguiarsouza@uol.com.br

³ Doutora em Psicologia social; professora e coordenadora da pós-graduação em Psicologia Jurídica na Universidade Potiguar – Natal, Rio Grande do Norte. E-mail: ionaradantas@gmail.com

⁴ Doutora em Psicologia e professora na Universidade Nacional de Rosário – AR. E-mail: agraomar@yahoo.com

in the administration of this instrument by distinct areas of human and social science in Argentina is discussed.

Keywords: *Scale; Antisocial and criminal behaviors; Teenagers; Factorial structure.*

Resumen: *El problema de la conducta desviada entre los jóvenes ha sugerido escalas de medida y la realización de intervenciones psicosociales urgentes. La Escala antisocial y delictiva viene siendo utilizada en varios países como una medida del comportamiento desviado en jóvenes. Esta escala ha presentado indicadores psicométricos confiables en diferentes países. Este artículo tiene como objetivo evaluar la organización factorial y consistencia interna de su versión argentina. Participaron del estudio 190 sujetos de 13 a 17 años, con un mayor porcentaje de hombres, distribuidos entre el nivel de primaria y secundaria del país (Argentina). Los resultados confirmaron la adecuación psicométrica del instrumento, lo que confirma la estructura de dos factores propuesta en estudios anteriores. De este modo, se analizan la importancia y la generalización de quien aplica el instrumento, en las distintas áreas de la ciencia humana y social en Argentina.*

Palabras clave: *Escala, comportamientos antisociales y delictivos, adolescentes, estructura factorial.*

Introdução

A concepção, mensuração e avaliação da conduta desviante é interesse teórico e empírico tanto da ciência social quanto da humana e da saúde; em cada uma dessas áreas científicas são propostas teorias, metodologias e instrumentos de medida com diferentes perspectivas, mas, com um único objetivo: avaliar a origem e natureza, bem como, intensidade, frequência e dinâmica desta condutas nos adolescentes contemporâneos (Stoff, Breiling & Maser, 1997; Bordin & Offord, 2000; Brito & Goulart, 2005; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini & Hutz, 2005; Born, 2005; Nunes & Trindade, 2013; Morizot & Kazemian, 2015).

De forma geral, a avaliação da conduta desviante em jovens concentra-se numa medida relativa a frequência e intensidade de condutas referentes à infração das normas sociais e leis socialmente aceitas, as quais podem ser consideradas como condutas antissociais e delitivas, esta última, relacionadas a infrações mais graves, visando acarretar prejuízo direto à pessoa e/ou material e/ou social da vítima ou de outrem (Stoff, Breiling & Maser, 1997; Neto, 2004; Rocha, Formiga & Lopes, 2011; Duarte, Santos, Cruz & Grangeia, 2015).

Apesar de se ter em conta que a avaliação dos comportamentos que tangenciam as normas sociais e que causam prejuízo físico e humano também é um foco diagnóstico e clínico quanto aos transtornos do comportamento (Morana & Mendes Filho, 1993; Seagrave & Grisso, 2002; Henriques, 2009; Nunes, Caridade, Oliveira, Costa & Carvalho, 2015), este estudo não tem o interesse na avaliação de um transtorno psiquiátrico e sim, considerar tanto uma perspectiva

psicológica quanto social da conduta desviante juvenil, por exemplo: o desrespeito com as normas sociais e com as pessoas, o oposicionismo exagerado e dissimulado à convencionalidade institucional e, também, aos furtos, porte de arma, a formação de grupos desviantes (as gangues), o uso de drogas lícitas ou ilícitas, etc. (Formiga & Gouveia, 2003; Formiga, Duarte, Neves, Machado & Machado, 2015).

Com isso, o que se pretende com este estudo é a avaliação da conduta desviante em jovens sem história de delinquência; isto é, aquelas condutas de fuga frente às expectativas normativas predominantes na sociedade e as relações sociais positivas entre as pessoas, as condutas inescrupulosas e de desonestidade, o distanciamento dos padrões de civilidade, da preservação da harmonia sócio-grupal e a subvertência da Lei e da ordem, no sentido apenas de lesar os direitos de terceiros, causando dano físico ou social (Butler, Leschied & Fearon, 2007; Formiga, Duarte, Neves, Machado & Machado, 2015).

Na proposta desta direção, identificou-se apenas um instrumento de avaliação, desenvolvido no Brasil, que avalia o construto pretendido (as Condutas Antissociais e Delitivas); desenvolvido por Formiga e Gouveia (2003), esta escala vem sendo avaliada de forma contínua, apresentando indicadores que garantem a consistência interna da organização fatorial em estudos com jovens não delinquentes de diferentes contextos sócio-econômico e cultural (Formiga, 2003; Formiga, Estevam, Camino, Mathias & Santos, 2010; Sintra, Lopes & Formiga, 2011).

Sendo assim, as condutas desviantes devem ser compreendidas como um conjunto de condutas apresentadas pelos jovens no seu cotidiano destinadas a transgressão da norma socialmente aceita (Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003). De acordo com os autores supracitados, esta escala se organiza em duas dimensões: as condutas antissociais e as condutas delitivas ou delinquentes, a saber:

1 - Uma conduta antissocial se refere à não conscientização das normas que devem ser respeitadas. Por exemplo, sabe-se da norma de limpeza das ruas ou a necessidade de respeito aos colegas no que se refere a certas brincadeiras, porém estas condutas não são praticadas por alguns jovens. Neste sentido, uma das características das condutas antissociais é o fato de incomodarem, mas sem que causem necessariamente danos físicos a outras pessoas. Elas dizem respeito apenas às travessuras dos jovens ou simplesmente à busca de romper com algumas leis sociais (Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003). Assim, na perspectiva desses autores, possivelmente, todo jovem pratica ou já praticou algum tipo de conduta antissocial, não a reconhecendo como tal, mas, apenas como a busca de sensação e extroversão ou de uma diversão hedonista, que enfatiza o prazer individual e imediato como única condição de lazer possível do indivíduo (Formiga, Aguiar & Omar, 2008; Formiga, Estevam, Camino, Mathias & Santos, 2010).

Com base nesta reflexão, tem-se observado uma naturalização no jovem quanto à tendência a quebra de normas e uma impulsividade extrema para a diversão, atividades perigosas e de risco, desrespeito e agressão dos agentes sociais responsáveis pela formação humana e social, etc. (Formiga, Duarte, Neves, Machado & Machado, 2015); condição esta, que não incide culpa, simplesmente, à escolha feita pelo indivíduo, mas, que se deve ao processo da construção social desse tipo de conduta gerada na dinâmica da socialização com outros sujeitos da mesma vivência e do contexto sócio-cultural em que estão envolvidos.

2 – No que se refere às condutas delitivas, estas podem ser concebidas como merecedoras de punição, capazes de causar danos graves, morais e/ou físicos. Portanto, tais condutas podem ser consideradas mais severas que as anteriores, representando uma ameaça eminente à ordem social vigente. O que ambas as condutas têm em comum é o fato de as suas consequências interferirem nos direitos e deveres das pessoas. Entretanto, as condutas delitivas podem implicar algo mais que um desafio às normas vigentes; refletem aspectos mais enraizados em aspectos biológicos e mesmo em distúrbios psicológicos mais graves. Estes aspectos, não obstante, devem ser encarados ainda como conjunturais (Formiga, Duarte, Neves, Machado & Machado, 2015).

De forma geral, de acordo com Formiga (2005), o que a conduta antissocial e a delitiva parecem ter em comum é que ambas interferem nos direitos e nos deveres das pessoas, ameaçando o seu bem-estar; sendo assim, a identificação destas condutas nos adolescentes, bem como a diferença e frequência entre a conduta antissocial e a delitiva, são muito importantes, pois, quanto mais precoces forem descobertas apenas aquelas condutas que visam a quebra da norma social, maior será a probabilidade de que elas não sejam, no futuro, condutas graves e duradouras, caracterizando o delito (Loeber, 1990; Hawkins et al, 1992; Moffitt, 1993; Loeber & Farrington, 2012).

Com isso, reconhecendo a escassez de instrumentos de medida da delinquência juvenil adaptados à população argentina e considerando que a ECAD reúne características favoráveis para uma análise integrada e não restrita do fenômeno em questão, o presente estudo tem como objetivo verificar a validade empírica da estrutura fatorial para uma versão em jovens argentinos. Considerando tal objetivo, hipoteticamente, espera-se que a organização fatorial da ECAD apresente indicadores psicométricos próximos aos observados nos estudos realizados em outros países, confirmando a sua bifatorialidade.

Método

Amostra

Fizeram parte da amostra deste estudo 190 estudantes do ensino fundamental e médio da cidade de Rosário - Argentina, 84 do sexo feminino e 104 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e 18 anos de idade ($M = 15.73$; $DP = 1.51$; $Mo = 17$). A amostragem foi não probabilística e sim,

intencional, pois buscava garantir os resultados com base na faixa etária salientada pela literatura desenvolvimentista quanto à intensidade do jovem apresentar a conduta desviante.

Instrumento

Escala de condutas antissociais e delitivas (ECAD, Seisdedos, 1988; Adaptado para a população brasileira por Formiga, 2003, Formiga & Gouveia, 2003).

A ECAD é uma medida comportamental composta por 40 itens, distribuídos em dois fatores: 1) condutas antissociais e 2) condutas delitivas. As condutas antissociais agregam comportamentos que desafiam a ordem social (e.g., jogar lixo no chão mesmo quando há perto um cesto de lixo; tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo); as condutas delitivas integram comportamentos considerados como estando à margem da lei, caracterizando uma infração ou uma conduta faltosa e prejudicial a alguém ou mesmo à sociedade como um todo (e.g., roubar objetos dos carros; conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas). Para cada item, os respondentes devem indicar, numa escala de Likert de 0 a 9 (0 = Nunca e 9 = Sempre), a frequência do comportamento assinalado.

No estudo de validação do instrumento para a população brasileira, desenvolvido por Formiga e Gouveia (2003), a presente escala revelou indicadores psicométricos consistentes identificando os fatores destacados acima; para as Condutas Antissociais foi encontrado um Alpha de Cronbach de .86 e para as Condutas Delitivas um Alpha de Cronbach de .92. A Análise Fatorial Confirmatória, realizada através do Lisrel 8.0, comprovou as dimensões previamente encontradas ($\chi^2/gf = 1.35$; AGFI = 0.89; PHI (ϕ) = 0.79, $p > .05$) na análise dos principais componentes.

Caracterização sócio-demográfica

O ECAD foi acompanhado de um questionário de caracterização sociodemográfica, que teve como objetivo fazer uma breve caracterização dos/as participantes deste estudo no que respeita ao sexo, idade e nível de escolaridade, bem como realizar um controle estatístico de atributos que possam interferir diretamente nos resultados.

Procedimentos

O processo de adaptação da ECAD à população argentina iniciou-se com um ajustamento dos itens da versão brasileira, para adequar uma redação mais congruente com a realidade social e demográfica do país. Com isso, para a coleta dos dados foram contatados os estabelecimentos de ensino fundamental e médio na cidade de Rosário-AR. Em um primeiro momento solicitou-se às direções das escolas uma autorização para a realização do estudo, esclarecendo-se os objetivos do mesmo e clarificando-se os critérios de inclusão: pertencer à faixa etária dos

15 aos 25 anos, não apresentar déficits cognitivos severos e compreender a língua portuguesa. Os diretores de turma auxiliaram a equipe de investigação no acesso às turmas, cedendo os horários de aulas e criando uma calendarização que garantisse o envolvimento das diferentes turmas dos diferentes anos. O segundo momento se deu depois de selecionados/as os/as participantes, distribuindo e assinando os consentimentos informados, no caso dos menores de idade, pelos respectivos tutores legais; no caso dos maiores de 18 anos, eles mesmos assinavam. A ECAD foi distribuída em contexto de sala de aula por investigadores/as com formação nos domínios da Psicologia, os quais forneceram aos/às participantes as instruções necessárias ao seu preenchimento, depois de esclarecidas todas as dúvidas. O tempo médio de preenchimento foi de 30 minutos.

Análise dos dados

Para a análise dos dados deste estudo utilizou-se a versão 21.0 do programa estatístico SPSS para Windows. Foram computadas estatísticas descritivas (tendência central e dispersão), Alpha de Cronbach (α), teste t de Student e Análise de variância (ANOVA one-way); além destes cálculos, realizou-se uma análise fatorial confirmatória com recurso ao programa estatístico AMOS 21.0, com o intuito de se avaliar a consistência estrutural do modelo já previamente encontrado para a ECAD. Considerou-se como entrada a matriz de covariâncias, tendo sido adotado o estimador *ML* (*Maximum Likelihood*).

Uma vez que esta análise estatística é mais criteriosa e rigorosa, testou-se a estrutura teórica quanto ao modelo bifatorial. Esta análise apresenta alguns índices que permitem avaliar a qualidade de ajuste do modelo proposto (Byrne, 1989; Joreskog & Sörbom, 1989; Van De Vijver & Leung, 1997; Hair, Tatham, Anderson & Black, 2005; Bilich, Silva & Ramos, 2006). A seguir serão apresentados esses indicadores:

- O χ^2 (qui-quadrado) testa a probabilidade do modelo teórico se ajustar aos dados: quanto maior o valor do χ^2 , pior o ajustamento. Entretanto, ele tem sido pouco empregado na literatura, sendo mais comum considerar sua razão em relação aos graus de liberdade ($\chi^2/g.l.$). Neste caso, valores até 3 indicam um ajustamento adequado; O *Goodness-of-Fit Index* (*GFI*) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (*AGFI*) são análogos ao R^2 na regressão múltipla e, portanto, indicam a proporção de variância-covariância nos dados explicada pelo modelo. Os valores desses indicadores variam de 0 a 1, sendo que os valores na casa dos .80 e .90, ou superiores, indicam um ajustamento satisfatório; a *Root-Mean-Square Error of Approximation* (*RMSEA*), com seu intervalo de confiança de 90% (*IC90%*), é considerada um indicador de “maldade” de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado. Assume-se como ideal que o *RMSEA* se situe entre .05 e .08, aceitando-se valores até .10; o *PCLOSE* se trata de um indicador mais ponderado, o qual testa a hipótese nula do *RMSEA*, devendo rejeitar-se tal hipótese quando o seu valor é próximo de zero, condição essa que sugere

ausência de ajuste do modelo. Com isso, recomenda-se o $P_{close} > .05$ como indicativo de modelo ajustado; o *Comparative Fit Index* (CFI) compara de forma geral o modelo estimado com o modelo nulo, considerando valores mais próximos de um como indicadores de ajustamento satisfatório; o *Expected Cross-Validation Index* (ECVI) e o *Consistent Akaike Information Criterion* (CAIC) são indicadores geralmente empregados para avaliar a adequação de um modelo determinado em relação a outro. Valores baixos do ECVI e CAIC expressam o modelo com melhor ajuste. *Akaike's Information Criteria* (AIC) é um critério que utiliza a parcimônia na avaliação do modelo, levando em conta o número de parâmetros estimados. É usado quando são comparados dois ou mais modelos. O modelo que apresenta melhor ajuste é o que possuiu menor AIC. *Browne-Cudeck Criterion* (BCC) é um critério que funciona da mesma maneira que o AIC e o CAIC, com a diferença que impõe grandes penalidades para a complexidade do modelo. *Bayes Information Criterion* (BIC) mostra-se de forma mais consistente, uma vez que cada ajuste realizado nos componentes explicativos é gerado com base no ajuste adequado dos dados, penalizando severamente modelos com muitos parâmetros.

Resultados

Procurando atender ao objetivo do presente estudo efetuou-se, inicialmente, uma análise dos Alphas de Cronbach (α) (cf. tabela 1); estes apresentaram valores acima de .70, seja considerando a amostra total ou para o método Split-Half (com o coeficiente Spearman-Brown acima de .70 para ambas as metades). Esta condição sugere que a escala é confiável para a referida amostra, isto é, os participantes reconhecem as questões do instrumento a eles administrado.

Tabela 1 - Indicadores alfas de Cronbach do CAD em jovens argentinos

Fatores	Alfa de Cronbach (α)			
	N _{total}	Split-Half		rho (ρ)*
		Metade 1	Metade2	
CA	0,91	0,85	0,81	0,86
CD	0,93	0,87	0,85	0,86
CAD	0,94	0,93	0,90	0,79

Notas: CA = Conduta Antissociais; CD = Condutas Delitivas; CAD = Condutas Desviantes (Condutas Antissociais e Condutas Delitivas); N_{total} = amostra geral com 190 sujeitos; Split-Half = Metade 1 e Metade 2 referente a distribuição dos itens para cada dimensão. *Coeficiente Spearman-Brown.

Tendo observado alphas (α) acima 0,70, os quais superaram os exigidos pela literatura estatística, condição que contribuiu para corroborar a medida da ECAD na amostra em análise; com isso, optou-se (acrescentando mais um elemento estatístico que salvaguardasse a confiança da medida da conduta

desviante) por avaliar, a partir da análise fatorial confirmatória, a estrutura fatorial da ECAD. Empregou-se, então, o programa estatístico AMOS 21.0, testando-se o modelo estrutural proposto pelos autores supracitados (Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003): deixando livre as covariâncias (ϕ) entre os fatores da conduta antissocial e delitiva, os resultados revelaram indicadores de qualidade de ajuste para o modelo bifatorial próximos das recomendações sugeridas pela literatura estatística (Byrne, 1989; Van De Vijver & Leung, 1997; Marôco, Tecedor, Martins & Meireles, 2008): $\chi^2/\text{gl} = 1.66$, GFI = 0.88, AGFI = 0.93, CFI = 0.95, RMSEA (90%IC) = 0.06 (0.05-0.07), PCLOSE = 0.85, CAIC = 2215,74 e ECVI = 7,54, $p > 0,05$; comparando tais indicadores com o observado para o modelo unifatorial, ($\chi^2/\text{gl} = 2.84$, GFI = 0.58, AGFI = 0.47, CFI = 0.74, RMSEA (90%IC) = 0.10 (0.09-0.11), PCLOSE = 0.01, CAIC = 2921.96 e ECVI = 11.53, $p < 0,05$), verifica-se que os melhores indicadores são os do modelo hipotetizado, previamente observados pelos autores supracitados.

Além dos indicadores referidos, outros indicadores parcimoniosos (por exemplo, o AIC, BIC e BCC) garantiram o modelo esperado, justamente por serem acompanhados do CAIC e ECVI, como um indicador comparativo da estrutura fatorial: o modelo bifatorial - $AIC_{\text{modelobifatorial}} = 1425.80$, $BIC_{\text{modelobifatorial}} = 2029.74$ e $BCC_{\text{modelobifatorial}} = 1528.85$ e os indicadores do modelo unifatorial - $AIC_{\text{modelounifatorial}} = 2178.73$, $BIC_{\text{modelounifatorial}} = 2746.96$ e $BCC_{\text{modelounifatorial}} = 2275.69$. É preciso destacar que os indicadores parcimoniosos (por exemplo, o AIC, BIC e BCC) podem ser tomados como um indicador comparativo para verificar a melhor organização empírica do modelo fatorial pretendido; quanto menor o valor, melhor o ajustamento, pois foi mais parcimonioso em seus ajustes de medida (Marôco, Tecedor, Martins & Meireles, 2008).

Considerando os indicadores antes apresentados, destaca-se que todas as saturações (Lambdas, λ) tanto estiveram dentro do intervalo esperado $|0 - 1|$ quanto foram estatisticamente diferentes de zero ($t > 1.96$, $p < .05$), denotando não haver problemas da estimação proposta da escala (cf. tabela 2); tais resultados corroboram a existência do modelo bifatorial hipotetizado para mensurar as condutas desviantes (condutas antissociais e delitivas) dos jovens argentinos, as quais revelaram uma associação Phi (ϕ) positiva entre os fatores ($\lambda = 0.50$).

É necessário salientar, no que se refere à validade deste construto, que se realizaram, também, tanto o cálculo de confiabilidade composta (CC) quanto da variância média extraída (VME); no primeiro indicador exige-se que o nível do escore seja acima de 0,70, enquanto no segundo indicador é preciso um nível acima de 0,50 (Hair, Tatham, Anderson & Black, 2005). Observou-se que para as dimensões da ECAD, o CC e o VME estiveram acima do exigido na literatura, variando de 0.95 a 0.99 (ver tabela 2), condição que evidencia a confiabilidade e validade convergente do construto utilizado. Desta forma, justifica-se a adequabilidade da estrutura fatorial da ECAD, de acordo com a versão brasileira

proposta por Formiga (2003) e Formiga e Gouveia (2003) e a versão portuguesa (Formiga, Duarte, Neves, Machado & Machado, 2015), a ECAD revela confiabilidade e segurança fatorial para a população juvenil argentina.

Tabela 2 - Estrutura Fatorial do CAD em jovens argentinos

ξ (construto)	χ (variáveis) [itens]	λ	ε (erros)	Alfa Cronbach (α)	(CC)	(VME)
Conduatas Antissociais	CA1	.54	.27	0,91	0,96	0,99
	CA2	.54	.27			
	CA3	.63	.29			
	CA4	.65	.20			
	CA5	.53	.22			
	CA6	.52	.28			
	CA7	.67	.27			
	CA8	.60	.15			
	CA9	.53	.35			
	CA10	.53	.26			
	CA11	.44	.28			
	CA12	.56	.19			
	CA13	.52	.31			
	CA14	.47	.32			
	CA15	.46	.22			
	CA16	.53	.21			
	CA17	.57	.23			
	CA18	.47	.22			
	CA19	.45	.20			
	CA20	.47	.22			
Conduatas Delitivas	CD1	.62	.39	0,89	0,95	0,99
	CD2	.80	.66			
	CD3	.85	.35			
	CD4	.45	.36			
	CD5	.53	.20			
	CD6	.64	.29			
	CD7	.47	.41			
	CD8	.72	.22			
	CD9	.76	.52			
	CD10	.61	.55			
	CD11	.53	.37			
	CD12	.66	.29			
	CD13	.71	.46			
	CD14	.63	.51			
	CD15	.83	.39			
	CD16	.74	.64			
	CD17	.70	.55			
	CD18	.62	.25			
	CD19	.74	.55			
	CD20	.75	.58			

Notas: λ = Escores fatoriais da estrutura; ε (erros) = Erros de medida da estrutura; χ = variáveis (itens); ξ = construto das Conduatas Desviantes. CC = Confiabilidade Composta; VME = Variância Média Extraída; CA = Conduatas Antissociais; CD = Conduatas Delitivas.

Assim sendo, observou-se que a associação Phi (ϕ) entre os fatores revelou boa força associativa entre eles, bem como entre a relação item-fator (variando de 0,44 a 0,83), sendo esse resultado confirmado quando se realizaram as estimativas de predição, a partir da análise de regressão revelada para o modelo,

ao identificar as variáveis significativas e a razão critério que estiveram dentro do que é estatisticamente exigido (cf. tabela 3).

Tabela 3 - Indicadores das estimativas preditivas entre os fatores da escala de conduta desviante em jovens argentinos

Variáveis		Construto	Estimativa	Desvio Padrão	Razão Critério	p <
CA37	<---	CA	1,000	---	---	---
CA38	<---	CA	.985	.174	5.665	***
CA35	<---	CA	.679	.142	4.767	***
CA34	<---	CA	.910	.203	5.373	***
CA30	<---	CA	.807	.199	5.063	***
CA29	<---	CA	.865	.182	4.748	***
CA28	<---	CA	.908	.194	4.690	***
CA26	<---	CA	.857	.159	5.404	***
CA24	<---	CA	.944	.174	5.427	***
CA21	<---	CA	.938	.203	4.613	***
CA18	<---	CA	.831	.162	5.122	***
CA15	<---	CA	.910	.216	5.108	***
CA12	<---	CA	.905	.205	5.389	***
CA11	<---	CA	.806	.194	5.711	***
CA10	<---	CA	.836	.165	5.069	***
CA9	<---	CA	.876	.173	5.052	***
CA5	<---	CA	.951	.202	5.685	***
CA4	<---	CA	.812	.236	5.560	***
CA2	<---	CA	.945	.184	5.147	***
CA1	<---	CA	.954	.204	5.163	***
CD3	<---	CDel	1.000	---	---	---
CD6	<---	CDel	.801	.085	9.379	***
CD7	<---	CDel	.770	.083	9.295	***
CD8	<---	CDel	.592	.101	5.853	***
CD13	<---	CDel	.835	.125	6.687	***
CD14	<---	CDel	.853	.110	7.760	***
CD16	<---	CDel	.518	.087	5.967	***
CD17	<---	CDel	.693	.082	8.471	***
CD19	<---	CDel	.774	.088	8.773	***
CD20	<---	CDel	.889	.120	7.375	***
CD22	<---	CDel	.623	.095	6.567	***
CD23	<---	CDel	.671	.083	8.065	***
CD25	<---	CDel	.782	.092	8.497	***
CD27	<---	CDel	.866	.113	7.672	***
CD31	<---	CDel	.979	.104	9.433	***
CD32	<---	CDel	.791	.091	8.676	***
CD33	<---	CDel	.730	.037	8.386	***
CD36	<---	CDel	.665	.166	7.594	***
CD39	<---	CDel	.736	.091	8.132	***
CD40	<---	CDel	.809	.136	8.872	***

CA = Conduta Antissocial; CDel = Conduta Delitiva; *** p < 0,001.

A partir do reconhecimento da consistência da estrutura fatorial da escala utilizada no presente, buscou-se avaliar a variabilidade das respostas dos sujeitos em função do sexo e idade. Assim, em relação à idade, a partir de uma ANOVA one-way, observou-se, quanto à conduta antissocial (CAS), que os sujeitos de 13 a 14 anos obtiveram pontuações médias inferiores ($M = 40.58$; $DP = 34.33$; $IC_{95\%} -29.29-51.86$), quando comparados com as pontuações das demais idades, 15 a 16 anos ($M = 55.62$; $DP = 30.63$; $IC_{95\%} -48.89-62.35$), 17 a 18 anos ($M = 49.79$; $DP = 31.88$; $IC_{95\%} -42.18-57.39$) ($F_{(2,189)} = 2,92$, $p < .05$). Chama-se a atenção para a faixa etária do 15 a 16 anos, grupo de idade que apresentou maior escore médio. No que se refere à dimensão da conduta delitiva (CD), observou-se um resultado próximo ao da CAS, quanto as faixas etárias, a saber: os sujeitos de 13 a 14 anos tiveram pontuações médias inferiores ($M = 9.53$; $DP = 15.51$; $IC_{95\%} -4.43-14.63$), ao comparar com as pontuações dos outros grupos de idade, 15 a 16 anos ($M = 20.63$; $DP = 30.51$; $IC_{95\%} -13.93-27.33$), 17 a 18 anos ($M = 14.37$; $DP = 24.61$; $IC_{95\%} -8.50-20.23$) ($F_{(2,189)} = 2,83$, $p < .07$).

Em relação a variável sexo, efetuou-se um teste t de *Student* para amostras independentes, porém, os resultados das diferenças nas pontuações médias, em ambas as condutas desviantes (antissocial – CAS e delitivas – Cdel), não foram significativos.

Discussão

Com base nos resultados deste estudo, destaca-se que a ECAD é consistente e corrobora a estrutura bifatorial proposta previamente. Desta forma, o presente estudo reuniu condição para mensurar, de forma apropriada, as condutas antissociais e delitivas dos jovens argentinos. As várias análises estatísticas realizadas para avaliação da escala apresentaram pois garantias psicométricas na amostra em questão, tendo por base diferentes evidências empíricas. Os indicadores comumente tidos em conta para corroborar o modelo pretendido (por exemplo, χ^2/gf , GFI, AGFI, CFI, RMSEA, PCLOSE, CAIC, ECVI, AIC, BIC e BCC), bem como os Alphas de Cronbach, o CC e o VME, todos foram muito satisfatórios.

No que diz respeito à variância das respostas dos sujeitos na ECAD, em função do sexo e idade, foi surpresa não existir diferença significativa entre homens e mulheres nas condutas antissocial e delitiva, condição inversa a esses achados tem observado em estudos de outros países que utilizaram o mesmo instrumento; nestes, os homens apresentaram sempre escores médios superiores quando comparados aos escores médios das respostas das mulheres em ambas as condutas, seja no Brasil (Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003) ou em Portugal (Formiga, Duarte, Neves, Machado & Machado, 2015).

Mas, no que se refere à idade, no presente estudo, os resultados destacaram que os mais novos (de 12 a 13 anos) e os mais velhos (de 17 a 18 anos) pontuaram mais baixo na CAS e CD do que os jovens de idade intermediária (15 a 16 anos). No nível da cognição, os pré-adolescentes (13 e 14) poderiam executar menos condutas desviadas porque seus juízos morais estariam envolvidos por regras éticas universais transmitidas durante os primeiros anos do processo de socialização (na família e na escola) quanto ao “não se deve mentir”, “não se deve roubar”, etc. Já, os jovens, de 17 a 18 anos não se envolveriam nestas condutas porque a possibilidade de receber o castigo da lei (social ou jurídica) é uma realidade, pois, têm-se em conta que, na Argentina, a legislação atribui aos jovens a partir dos 18 anos a imputabilidade (isto é, pode ser preso e cumprir as mesmas condenações dos adultos). Por outro lado, os adolescentes de 15 a 16 anos teriam maior intensidade nas condutas desviantes, provavelmente porque, ao deixarem a fase da pré-adolescência, dariam conta sobre a possibilidade de transgredir as regras éticas, sem ter na consciência as consequências catastróficas do que foi assimilado no período da infância (Piaget, 1932; Kohlberg, 1963; Forsyth, 1981; Forsyth & Berger, 1982; Kohlberg, 1983; Forsyth, 1985; Moffitt, 1993; Farrington, 2003).

De forma geral, os jovens nessa faixa etária sentiriam ainda estar longe para a idade da imputabilidade (18 anos), permitindo ter muita “margem” para cometer condutas ilícitas sem problemas (seja justificando como critério de luta pelos direitos, seja por reivindicação social e política). Tal reflexão passa a ser mais real quando acompanha, nas notícias de jornais, a dinâmica social, das gangues ou grupos do tráfico de drogas, que optam por recrutar os seus “soldados” dentro deste segmento etário (15-16 anos), os quais estão convictos que receberiam punições menores e mais leves quando detidos pela polícia.

Apesar destes resultados sugerirem uma hierarquia etária em termos da manifestação da conduta desviante, considerando a dinâmica do entorno psicossocial, pode-se refletir que a importância das instituições e, em alguns momentos do desenvolvimento desses jovens, o risco sedutor da sociedade de consumo e individualista nas ofertas dos êxitos materiais, vindo com isso, nos períodos iniciais finais da idade destes jovens, exigir a maior participação e estímulo ao pertencer e/ou ainda dependência ao grupo familiar e escolar quanto à administração do comportamento para inibir a conduta desviante; por outro lado, pode-se refletir, na ponta etária final, a diminuição da intensidade dessas condutas com o poder influenciador da inserção dos jovens no espaço do ensino superior ou no mercado de trabalho, os quais sugerem tanto uma organização normativa e social quanto uma melhor desejabilidade social na dinâmica do seu entorno socio-acadêmico e profissional.

O fato é que tais resultados divergem dos observados nos estudos desenvolvidos no Brasil (Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003) e Portugal (Formiga, Duarte, Neves, Machado & Machado, 2015); respectivamente, nestes estudos, os sujeitos mais velhos (no Brasil) e os mais novos (Portugal) tiveram escores médios mais altos. Independente das diferenças nos resultados, comparados aos observados no presente estudo. Refletir a respeito da gênese da conduta desviante, baseada na teoria desenvolvimentista quanto fator universal (Thornberry & Krohn, 2003; Loeber & Farrington, 2012; Lemos, 2010), provavelmente, não é suficiente para a explicação da causalidade destas condutas durante a dinâmica infância-adolescência-jovem adulto, podendo rever a explicação da trajetória destas perspectiva neste grupos de jovens a partir dos contextos cultural e sócio-político vividos pelos mesmos.

Conclusão

Considerando os achados do presente estudo, o seu principal objetivo foi o de verificar a organização fatorial da escala de condutas desviantes numa versão argentina; a partir dos indicadores psicométricos, previamente tidos como referência da segurança de medida e avaliação psicológica na amostra em questão desse tipo de construto, pode-se afirmar que a ECAD, além de válida, foi confiável quando se pretendeu verificar a conduta desviante em jovens argentinos. De forma geral, tanto corroborou a funcionalidade empírico-metodológica, quanto a direção teórica, referenciada por Formiga (2003) e Formiga e Gouveia (2003) em amostra brasileira, e por Formiga, Duarte, Neves, Machado e Machado (2015) em amostra portuguesa, condição essa que sugere a fidedignidade do suposto construto mensurado em jovens de distinto país.

Essa medida permite, com isso, compreender não apenas a variação da conduta desviante em jovens, mas também, provavelmente, da universalidade da manifestação das condutas desviantes, através da conduta antissocial e delitiva, as quais assumem uma continuidade do desvio social juvenil, já que elas estão fortemente associadas; assim, quando o respondente apresentar maior escore na conduta antissocial, provavelmente pontuará mais alto na conduta delitiva (e.g., Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003; Formiga et al, 2015). Com isso, a reflexão acima é relevante quando se pretender avaliar tais condutas em jovens, mesmo aqueles sem história da delinquência; pois, poderia intervir preditivamente na conduta mais grave no momento em que a conduta antissocial já se revela numa pontuação mais alta expressa pelo respondente, conferindo assim, de acordo com Formiga et al (2015), aos profissionais em diversas áreas (por exemplo, social, educacional e psicossocial), sinalizar tanto a delituosidade latente quanto a real, sugerindo melhor condição para avaliação da dinâmica criminogênica no contexto argentino.

Tomando como base as reflexões de Carvalho (2013), Duarte et al (2015) e Farrington (2003), as evidências dos resultados direcionam para a necessidade de que uma intervenção precoce poderia ser eficaz na redução de práticas delinquentes, já que a aplicação de sanções punitivas, quer na inibição de condutas delitivas, quer na prevenção da reincidência, não são muito eficientes.

A partir desses resultados, espera-se que o objetivo tenha sido cumprido, principalmente, no que diz respeito a validade e consistência da estrutura fatorial do ECAD; acredita-se que os achados aqui expostos sejam úteis no emprego da avaliação e intervenção em áreas afins da psicologia, por exemplo, educação, assistência social, saúde, etc. Mesmo que esses resultados sejam confiáveis, fazem-se necessárias replicações, comparações entre distintas amostras e de instrumentos que mensuram semelhante fenômeno, bem como, avaliações em diferentes contextos sociais, políticos, educacionais e econômicos; para isso, deve-se levar em conta os aspectos mais específicos ou universais de cada cultura. Por um lado, é importante considerar as dimensões locais, específicas ou exclusivas (emics) da orientação de cada cultura, bem como, e não menos importante, avaliar as dimensões universais (etics) da Cultura, com o objetivo de comparar os construtos estudados aqui para outro espaço geo-político e social (Triandis et. al, 1993; Triandis, 1995; Van De Vijve & Leung, 1997; Muenjohn & Armstrong, 2007). Reunir tais evidências da validade e precisão intra, inter e pan-cultural, bem como, conhecer a estabilidade temporal (teste-reteste) replicando o mesmo instrumento com amostras maiores e mais diversificadas quanto às características dos participantes.

Referências Bibliográficas

- Bilich, F., Silva, R. & Ramos, P. (2006). Análise de flexibilidade em economia da informação: Modelagem de equações estruturais. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, 3(2), 93-122.
- Bordin, I. & Offord, D. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22 (Suppl. 2), 12-15. doi: [10.1590/S1516-44462000000600004](https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600004).
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores
- Brito, D. P., & Goulart, I. B. (2005). Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. *Psico-USF*, 10(2), 49-60.
- Butler, S. M., Leschied, A. W. & Fearon, P. (2007). Antisocial beliefs and attitudes in pre-adolescent and adolescent youth: the development of the antisocial beliefs and attitudes scales (ABAS). *Journal of Youth Adolescence*, 36(8), 1058-1071. doi: [10.1007/s10964-007-9178-2](https://doi.org/10.1007/s10964-007-9178-2).

- Byrne, B. M. (1989). *A primer of LISREL: Basic applications and programming for confirmatory factor analytic models*. New York: Springer-Verlag.
- Carvalho, M. J. (2013). Childhood, Urban Violence and Territory: Children's Perceptions of Place and Violence in Public Housing Neighborhoods in Portugal. *Children, Youth and Environments*, 23(1), 124-154. doi: [10.7721/chilyoutenvi.23.1.0124](https://doi.org/10.7721/chilyoutenvi.23.1.0124).
- Duarte, V., Santos, M., Cruz, O., Grangeia, H., (Org.) (2015). *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações*, Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Farrington, D. P. (2003). Developmental and life-course criminology: key theoretical and empirical issues - the 2002 Sutherland award address. *Criminology*, 41, 2, 221-255. doi: [10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x](https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x)
- Formiga, N. S. & Gouveia, V. V. (2003). Adaptação e validação da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. *Revista Psico*, 34(2), 367-388.
- Formiga, N. S. (2003). Fidedignidade da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. *Revista Psicologia em Estudo*, 8(2), 133-138. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000200014>.
- Formiga, N. S. (2005). Condutas anti-sociais e delitivas e relações familiares em duas áreas urbanas na cidade de Palmas-TO. *Aletheia*, 22, 63-70.
- Formiga, N. S., Aguiar, M. & Omar, A. (2008). Busca de sensação e condutas anti-sociais e delitivas em jovens. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(4), 668-681.
- Formiga, N. S., Duarte, V., Neves, S., Machado, M. & Machado, F. (2015). Scale of Antisocial and Criminal Conducts: Factorial Structure of the Portuguese Version. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 718-727. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528409>
- Formiga, N. S., Estevam, I., Camino, C., Mathias, A., & Santos, J. (2010). *Montando o Quebra - Cabeça da Violência entre os Jovens: Testagem de um Modelo Teórico*. Oral paper presented at *I Congresso Internacional Adolescência e Violência: Perspectiva clínica educacional e jurídica*. Brasília - DF.
- Forsyth, D. R. (1981). Moral judgment: The influence of ethical ideology. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 7, 218-223. (a)
- Forsyth, D. R. (1985). Individual differences in information integration during moral judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 264-272.
- Forsyth, D. R., & Berger, R. E. (1982). The effects of ethical ideology on moral behavior. *Journal of Social Psychology*, 117, 53-56.
- Hair, J. F., Tatham, R. L., Anderson, R. E. & Black, W. (2005). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Hare, R.D. (1996). Psychopathy and antisocial personality disorder: a case of diagnostic confusion. *Psychiatric Times*, 13 (2), 39-40,

- Hare, R.D. (1998). The Hare PCL-R: some issues concerning its use and misuse. *Legal Criminology. Psychology*, 3, 101-22
- Hawkýns, J.D., Catalano, R.F., & Miller, J.Y. (1992) Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: Implications for substance abuse prevention. *Psychological Bulletin* 112, 64–105.
- Henriques, R. P. (2009). De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(2), 285-302. Retrieved March 13, 2016, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000200004&lng=en&tlng=pt.
- Joreskög, K., & Sörbom, D. (1989). LISREL 7 user's reference guide. Mooresville: Scientific Software.
- Kohlberg, L. (1963). The development of children's orientations toward a moral order. I: Sequence in the development of human thought. *Vita Humana*, 6, 11-33.
- Kohlberg, L. (1983). *Essays in moral development (Vol. 2)*. New York: Harper & Row.
- Lemos, I. T. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 28(1), 117-132.
- Loeber, R. & Farrington, D. (Ed.) (2012). *From juvenile delinquency to adult crime*. New York, Oxford University Press.
- Loeber, R. (1990). Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency. *Clinical Psychology Review*, 10(1), 1-41. doi: [10.1016/0272-7358\(90\)90105-J](https://doi.org/10.1016/0272-7358(90)90105-J)
- Marôco, J., Tecedreiro, M., Martins, P., & Meireles, A. (2008). Estrutura fatorial de segunda ordem da Escala de Burnout de Malasch para estudantes numa amostra portuguesa. *Análise Psicológica*, 4(26), 639-649.
- Moffitt, T.E. (1993). Adolescence-limited and life course-persistent antisocial behavior: a development taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701. doi: [10.1037/0033-295X.100.4.674](https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674)
- Morana, H. & Mendes Filho, R. B. (1993). Revisão sobre os transtornos de personalidade. In: Organização Mundial da Saúde (OMS). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 - Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artmed.
- Morizot, J. & Kazemian, L (Ed.) (2015). *The Development of Criminal and Antisocial Behavior: Theory, Research and Practical Applications*. London: Springer.
- Muenjohn, N. & Armstrong, A. (2007). Transformational Leadership: The influence of culture on the leadership behaviors of expatriate managers. *International Journal of Business and Information*, 2, 265-283.

- Neto, O. B. (2004). O conceito de desvio na teoria social contemporânea: Modernidade e controle. *Teoria e política social*, 1 (1), 1-36.
- Nunes, L., & Trindade, J. (2013). *Criminologia. Trajetórias transgressivas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Nunes, L., Caridade, S., Oliveira, A., Costa, A., Carvalho, C., & Guerra, L. (2015). Avaliação psicológica de jovens com comportamentos desviantes. *Análise Psicológica*, 2 (XXXIII), 179-193.
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: Uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55-61.
- Piaget, J. (1932). *The moral judgment of the child*. London: Kegan Paul.
- Rocha, M. C. O., Formiga, N. S., Lopes, E. J. (2013). Uma medida de la conducta desviada: La verificación empírica de estructura factorial de reclusos em Brasil.. *Eureka - Revista de investigação científica em psicologia*, 10 (2), 164-178.
- Seagrave, D., & Grisso, T. (2002). Adolescent development and the measurement of adolescent psychopathy. *Law and Human Behavior*, 26, 219–239.
- Seisdedos, N. (1988). *Cuestionario A-D de conductas antisociales - delictivas*. Madrid, España: TEA.
- Sintra, C. I. F., Lopes, P., & Formiga, N. (2011). Condutas antissociais e delitivas e habilidades sociais em contexto forense. *Psicologia Argumento*, 29 (66), 383-399.
- Stoff D. M.; Breiling J.; Maser, J. D. (1997). *Handbook of Antisocial Behavior*. Canada: John Wiley and Sons.
- Thornberry, T.P. & Krohn, M.D. (Eds.) (2003). *Taking stock of delinquency. An overview of findings from contemporary longitudinal studies*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Triandis, H. C., Mccusker, C., Betancourt, H., Iwao, S., Leung, K., Salazar, J. M., Setiadi, B., Sinha, B. P., Touzard, H., & Zaleski, Z. (1993). Na etic-emic analysis of individualism and collectivism. *Journal of cross-cultural psychology*, 24 (3), 366-383.
- Van De Vijver, F. & Leung, K. (1997). *Methods and data analysis for cross-cultural research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Recebido: 16/03/2016 / Corrigido: 24/03/2016 / Aceito: 13/04/2016.